

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR LITORAL

BÁRBARA ANTUNES DA SILVA

**LUGAR DE MULHER: PATRIARCADO, CAPITALISMO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER E EDUCAÇÃO**

MATINHOS

2017

BÁRBARA ANTUNES DA SILVA

**LUGAR DE MULHER: PATRIARCADO, CAPITALISMO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER E EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Questão Social pela
Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade
Federal do Paraná – UFPR Litoral.

Orientadora: Educadora Msa. Mirian Cristina
Lopes.

MATINHOS

2017

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Profa Msa Mirian Cristina Lopes, realizaram em 09 de dezembro de 2017 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Bárbara Antunes da Silva sob o título “Lugar de Mulher: Patriarcado, Capitalismo, Violência Contra a Mulher e Educação”, sendo requisito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito “APL”.


Matinhos, 09 de dezembro de 2017



Profa Msa Mirian Cristina Lopes



Profa Dra Giselle Ávila Leal de Meirelles



Profa Msa Tatiana Ribas Kleinubing



Bárbara Antunes da Silva

Conceitos de aprovação

APL – Aprendizagem Plena

AS – Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS – Aprendizagem Parcialmente Suficiente

AI – Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

Caso o (a) Estudante seja orientado(a) a reformular seu trabalho, deve-se registrar no verso os requisitos apontados pela Banca para o aceite final do trabalho.

Lugar de mulher: patriarcado, capitalismo, violência contra a mulher e educação

Bárbara Antunes da Silva¹

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo discutir, sob a ótica de totalidade, como se dá a relação da sociedade patriarcal capitalista com a mulher, problematizando a naturalização das desigualdades e da exploração às quais somos submetidas, interligando os fatores sócio-históricos culturais e a *questão social* com a violência contra a mulher. Como se deu a construção do papel da mulher, a influência da sociedade patriarcal e em que medida o modo de produção capitalista reafirma e amplia a desvalorização e a submissão imposta às mulheres, atingindo outros patamares. O abalo da estrutura socioeconômica cultural que possibilite a emancipação da mulher é o âmago dessa discussão.

Palavras-chave: Patriarcado. Capitalismo. Mulher. Violência doméstica. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to discuss, from the point of view of totality, the relationship between capitalist patriarchal society and women, problematizing the naturalisation of the inequalities and exploitation to which we are submitted, interlinking cultural, sociohistorical factors and the social issue with violence against women. The reasons for the did construction of the role of women, the influence of patriarchal society, and to what extent the capitalist mode of production reaffirmed and enlarged the devaluation and submission imposed on women, reaching other levels. The disruption of socio-economic cultural structure that makes possible the emancipation of women is the foundation of this discussion.

Key-words: Patriarchate. Capitalism. Woman. Domestic violence. Violence against women.

¹ Administradora, graduanda em Serviço Social e pós-graduanda do curso de “Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar” pela UFPR Litoral. E-mail: barbara.ad.silva@gmail.com.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 O LUGAR IMPOSTO À MULHER: DOMÍNIO DO PATRIARCADO E O CAPITALISMO | 7 |
| 3 “PONHA-SE NO SEU LUGAR”: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, UMA DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL..... | 14 |
| 4 “EU SOU O MEU PRÓPRIO LAR” – A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS COMO ALICERCE PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER | 17 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 23 |

1 INTRODUÇÃO

A divisão binária de gênero² estabelecida na sociedade que situa homens e mulheres em diferentes posições nas relações, naturalizada através dos tempos, foi a base de toda a educação que recebi e, ousar dizer, também de todas as mulheres que conheci até hoje. Desde pequenas somos condicionadas a nos entender por mulher, como pessoas que possuem não só o corpo biologicamente diferente dos homens, mas também que estão sujeitas à diferentes limites e responsabilidades em todas as relações.

Nós mulheres sentimos no dia a dia as desvantajosas diferenças de ser mulher em relação a ser homem, porém somos ensinadas, via de regra, pela escola, pelas religiões, pela família, nas rodas de conversa, nos ambientes de diversão, em qualquer relação afetiva, a vermos como natural as vantagens do homem na sociedade, e estes, os homens, são ensinados a se valerem de tal posição.

Essa relação de desigualdade é nociva para todas e todos, mas no caso da mulher é questão de segurança e saúde. Se perguntarmos para *qualquer* mulher se ela já sofreu algum tipo de violência por ser mulher e/ou se conhece alguma mulher que tenha sofrido, certamente a resposta será positiva. Eu, minha mãe, minhas irmãs, minhas tias, primas, amigas, colegas de trabalho, de sala de aula, todas nós teríamos episódios de violência contra a mulher para relatar.

Na busca de discutir esse “lugar de mulher” que nos é imposto para melhor entender as relações, assim como a violência contra a mulher, considerando não só a divisão de gênero binária da sociedade, mas também as relações sociais de produção capitalista, trago no presente artigo, sob o título “O lugar imposto à mulher: sob o domínio do patriarcado e o capitalismo”, uma breve construção histórica da situação da mulher na sociedade através da aglutinação de estudos das/dos autoras/es Alexandra Kolontai, Heleieth I. B. Saffioti, Humberto Maturana, José P. Netto, Ladislau Dowbor, Marcelo Braz, Mirla Cisne, Nádia E. Meinerz, Robert Nisbet, escolhidas/os com o objetivo de evidenciar dialeticamente o espaço ocupado pela mulher, uma vez que é possível tomar a partir de seus escritos, para os objetivos

² Como nos dizem Carrara et al. (2009, p. 43) o conceito de gênero foi “formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”.

dessa discussão, uma perspectiva ampla da realidade concreta compreendendo os vários determinantes históricos.

No segundo título “‘Ponha-se no seu lugar’: a violência doméstica e familiar contra a mulher, uma das expressões da questão social”, correlaciono a violência doméstica, uma expressão da *questão social*, como uma conduta para manter a mulher em condição de desigualdade na sociedade, explicitando através de dados o quão forte é essa cultura de violência contra a mulher no Brasil.

Por fim, sob o título “‘Eu sou o meu próprio lar’: a educação que queremos como alicerce do empoderamento³ da mulher”, trago para o debate o papel que a educação, primeiramente situando-a nos moldes da educação convencional que temos, cumpre enquanto uma das instituições que reproduz a ideia de submissão da mulher e, posteriormente, já com um olhar sobre a educação na perspectiva emancipatória, a educação como base do empoderamento da mulher.

2 O LUGAR IMPOSTO À MULHER: DOMÍNIO DO PATRIARCADO E O CAPITALISMO

Ser mulher é algo que se aprende cedo. “Se comporte como uma mocinha”, “que feio uma menina andando largada assim”, “não suba nesta árvore, você não é moleque”, “penteie este cabelo, nem parece menina”, foram frases que ouvi, assim como a maioria das meninas, tenho certeza, durante a infância. Em 2016 a revista *Veja* publicou uma matéria online de uma jornalista com o título “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” (LINHARES, 2016) que discorria como a atual primeira dama é um exemplo do que se espera do comportamento de uma mulher, trazendo o tempo todo elogios a subserviência⁴ de Marcela ao marido.

A indução do comportamento “bela, recata e do lar” é antigo. A peça de teatro “Arreda”⁵, produzida pela Cia Maré Arte, contextualiza o papel da mulher no

³ Para os assuntos discutidos neste trabalho entende-se por empoderamento da mulher o conjunto de ações voltadas à garantia de direitos e acessos dela, promovendo a conscientização da mulher e da sociedade, buscando liberá-la das naturalizações das funções e comportamentos pré-estabelecidos pelas relações de gênero.

⁴ Segundo o dicionário Michaelis, subserviência tem também como significado “anuência ou sujeição servil à vontade de outrem”. No caso da relação matrimonial, a mulher figura, de acordo com a construção social, como a pessoa que está sempre pronta a servir às vontades do marido e filhas/os, devendo cumprir seu papel com zelo e felicidade.

⁵ “Arreda” é uma peça de teatro autoral produzida pela Cia de Maré Arte que, em um manifesto pela igualdade, apresenta a história da mulher desde os primórdios até contemporaneidade, sob uma visão não romântica do que é ser mulher, abordando diversos assuntos como monogamia,

tempo, contando como foi que o sagrado feminino e toda sua grandeza foram oprimidos a partir do momento em que os seres humanos deixaram de ser nômades e instituíram a propriedade da terra⁶. A mulher deixa, por necessidade de segurança, de ser livre e tornar-se propriedade do homem, assim como deixa de ser vista como genitora de vidas e torna-se uma incubadora herdeiros/as. A partir de então o poder das relações sociais é centralizado no homem, como vemos na doutrina familiar romana do século II a.C, a *patria potestas*, onde surge a figura do patriarca na família, que detinha a autoridade máxima sobre a vida de quem habitava o lar (NISBET, 1982).

Essa concepção do homem como chefe de família se espalhou pelas diversas formações sociais; se de um lado o homem detinha o poder sobre a vida “dos seus”, na outra ponta do laço da construção familiar estava a mulher, que tinha como deveres o matrimônio, a maternidade e a organização do lar. Começa nessa relação de divisão sexual do trabalho⁷, de dominação e apropriação que exclui e nega o outro, características substanciais do patriarcado, a desconexão dos seres humanos com a convivência em harmonia com a natureza e entre si (MATURANA, 2009).

O papel social feminino não era, e ainda não é⁸, algo que parte da vontade da mulher, mas da utilidade dela (sempre com grande reforço das religiões⁹) para o homem e a formação da família.

maternidade e heteronormatividade. A peça foi assistida em 31 de agosto de 2017 no evento “Visibilidade Lésbica” realizado na UFPR Litoral.

⁶ A partir do momento em que o homem estabeleceu a terra como propriedade, tomando para si uma parte onde poderia gozar de qualquer direito sobre a mesma, e sinalizando para a sociedade que aquele pedaço o pertencia, a terra torna-se um bem passível de acumulação. Quanto mais terras, mais riqueza, mais poder e ainda hoje, mesmo que com outras configurações, a propriedade do espaço remete a riqueza e poder.

⁷ A divisão sexual do trabalho é a segmentação dos trabalhos de homens e mulheres e a hierarquização de tais trabalhos, inferiorizando os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos (CISNE, 2015).

⁸ Meinerz (2013, p. 49), citando os estudos de Rosaldo (1979) sobre antropologia em sociedades não ocidentais, nos diz que “[...] em todos os povos, em maior ou menor medida, os homens desempenham papéis de maior valor cultural e detêm sempre alguma autoridade sobre as mulheres”.

⁹ Segundo Nisbet (1982, p. 167), “a família é a mais antiga das formas de comunidade humana, mas a religião é, sem dúvida, a mais antiga fonte de pensamento humano [...]”. Em tempos em que o poder da família era soberano, ou seja, na formação familiar dentro do *patria potestas*, o Cristianismo dedicava grande parte da sua mensagem às mulheres, uma vez que a religião tinha interesse na “libertação feminina da poderosa orientação patriarcal e máscula da família tradicional. [...] era necessário, ao mesmo tempo, denigrir a família e declarar o próprio Cristianismo uma família – o melhor de todos os tipos de família” (Ibidem, p. 183). Sabemos que essa “libertação” resultou em um aprisionamento maior da mulher através dos dogmas Cristãos e ainda reforçou seu papel de submissão na família.

Além da conveniência financeira do matrimônio para as famílias (e mais tarde para a produção capitalista), também a partir do patriarcado se configura a ideia romantizada da mulher, seja como virgem, indefesa, com uma languidez sensual, compondo com a classe trabalhadora ou não, a mulher dentro dessa ideia está sempre à espera de um homem para salvá-la. Saffioti (2013, p. 62) ressalta que a mulher “[...] em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não”. Ainda hoje nos deparamos com uma publicidade massiva, por exemplo, que idealiza a mulher como um ser frágil, dócil, sempre muito “bem arrumada” à espera de um encontro de sorte com o príncipe encantado que a levará pelos caminhos floridos de um “feliz para sempre”.

Mas, por mais que o papel social da mulher tenha atravessado os séculos sob esses estereótipos, ela sempre contribuiu para a economia social e da família. Dentro das camadas sociais que estavam diretamente ligadas à produção de bens e serviços a mulher não ficou alheia ao trabalho, sendo seu papel essencial para subsistência familiar e criação da riqueza social, de maneira que “[...] enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Com a passagem do sistema feudal para o modo de produção capitalista a noção de trabalho muda para todas e todos. Netto e Braz (2012) nos contam que com a Revolução Burguesa surge uma nova classe dominante que conseguiu articular a superestrutura necessária para o desenvolvimento de novas forças produtivas, as quais estão sob o interesse da burguesia, onde a produção generalizada de mercadorias torna-se o centro da vida econômica da sociedade.

O capitalismo transformou as relações de trabalho e, fazendo o recorte para o gênero, a mulher se viu sob mais uma força de opressão, além da família e religião. De um lado, no que tange a concepção familiar dentro da nova situação econômica, o código moral da burguesia mantinha a mulher como propriedade inviolável do esposo, fazendo parte da propriedade privada do homem (KOLONTAI, 2011), e de outro, no que tange à parte produtiva dentro do novo sistema, está sob uma nova forma de exploração uma vez que

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. [...]. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do

sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital, era insuficiente a mais-valia relativa¹⁰ obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Entendendo que é na história e na evolução do capitalismo que a luta de classes¹¹ se torna mais acirrada e evidente do que nos outros modos de produção, uma vez que “a expressão sociopolítica das suas contradições, que surge na *luta de classes*, permeia e penetra todos os passos da sua dinâmica” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 182, destaque dos autores), destaco que tal luta não contempla a emancipação da mulher. O modo de produção capitalista exige da classe trabalhadora uma posição mais firme diante da exploração e na luta por direitos, comportamento naturalizado no universo masculino, de maneira que as virtudes femininas historicamente atribuída às mulheres como por exemplo passividade, submissão e doçura, tornaram-se totalmente desnecessárias na sociedade capitalista (KOLONTAI, 1918).

O surgimento do capitalismo reforça a ideia de submissão da mulher, que passa a contar com dupla desvantagem social, uma vez que no nível superestrutural a supremacia masculina tradicional manteve as ideias de subvalorização da mulher, e no plano estrutural, conforme se desenvolviam as forças produtivas, destinou-se às mulheres funções de trabalho situadas na periferia desse sistema (SAFFIOTI, 2013). Ainda hoje a mulher está marginalizada no mundo do trabalho, e como disse Meinerz, citando Engels (1980), “a submissão das mulheres aos homens é constitutiva do modo de produção capitalista e só poderá desaparecer junto com ele” (2013, p. 47).

Devido à divisão sexual do trabalho, que submete às mulheres a profissões de baixo prestígio social, à trabalhos precarizados e desvalorizados, tidos

¹⁰ Netto e Braz (2012) conceituam a mais-valia absoluta como a apropriação do capitalista pelo tempo de trabalho excedente da/do trabalhadora/or, cujo tempo excedente pode ser ampliado, por exemplo, no aumento da jornada de trabalho sem o aumento de salário. A apropriação da mais-valia relativa se dá quando o capitalista, impedido de aumentar as horas de trabalho, encontra meios e modos através de inovações tecnológicas de aumentar a produtividade do trabalho, aumentando assim, consequentemente, o tempo de trabalho excedente da/do trabalhadora/or.

¹¹ As classes sociais estão determinadas na relação entre os capitalistas que detêm os meios de produção e os que proletários que detêm, unicamente, sua força de produção, a qual é vendida para o capitalista.

naturalmente como femininos, a exploração do capital sobre a força de trabalho da mulher ocorre de forma acentuada com relação à exploração da força de trabalho do homem (CISNE, 2015).

Importante ressaltar que mesmo compondo a classe trabalhadora, na sociedade capitalista e patriarcal a missão que era (e ainda é) dada a mulher consistia no matrimônio e na maternidade, de maneira que essa ideia a “conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção” (SAFFIOTI, 2013, p. 95).

Não só à margem do sistema de produção e da família estava situada a mulher na nova ordem societária, ela continuava sendo privada da participação civil. Comparando o “lugar da mulher” na sociedade capitalista com a sociedade feudal, Saffioti (2013) ressalta que não houve uma ascensão cidadã da mulher uma vez que ela estava sujeita às leis que apenas a possibilitavam vender sua força de trabalho, destituindo-a da condição de pessoa de direitos.

Na busca de garantir os mesmos direitos conquistados pelos homens após a Revolução Burguesa muitos movimentos feministas foram organizados, sendo o mais notabilizado o movimento em prol do sufrágio feminino¹². No entanto, os movimentos também tinham como objetivo o fim da “incapacidade civil da mulher casada, a ampliação das oportunidades de educação feminina idêntica à masculina, a expansão das possibilidades efetivas de emprego da força de trabalho da mulher, a proteção à maternidade e à infância” (SAFFIOTI, 2013, p. 189).

A situação da mulher no continente europeu, berço do capitalismo, foi introduzida na realidade brasileira em razão da colonização europeia que deixou muitas heranças na formação social-econômica do país. A conjuntura de como se organizou a família patriarcal brasileira implementou o casamento para a mulher como a única opção de construção de vida social.

Ainda que desempenhasse um papel para além do matrimônio, a mulher no período da sociedade escravocrata brasileira estava inteiramente submetida a

¹² Oliveira e Cassab (2014) conceituam o movimento pelo sufrágio feminino como um movimento sócio-político e econômico de reforma que buscou estender o sufrágio, ou seja, o direito de votar, às mulheres. Segundo as autoras, “a luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial”.

supremacia do homem, fosse na família ou na sociedade em geral. Podemos perceber que essa relação ainda persiste de maneira intensa em nossa sociedade.

Para Saffioti (2013) o machismo na sociedade brasileira dificulta a emancipação da mulher. Nas palavras dela, a “[...] sobrevivência do patriarcalismo da família colonial, o ‘*dom-juanismo*’ constitui verdadeiro índice da supremacia do homem na família e na sociedade em geral” (SAFFIOTI, 2013, p. 258), e ainda a autora aponta que o comportamento esperado da mulher brasileira casada, ou seja, o que intitula como “bela, recatada e do lar”, é também sustentado pela própria mulher. À exemplo disso temos a matéria da Veja (2016) que tem seu texto escrito por uma *mulher*, sobre uma *mulher* (Marcela Temer) e para inspirar as *mulheres* brasileiras. Vale observar, então, que as resistências às transformações do papel da mulher na família e sociedade não partem

[...] apenas do homem cujo complexo de virilidade não pode ser ferido, mas também das próprias mulheres que, por não enfrentarem, comumente, de modo direto as exigências de um mundo cujo ritmo de mudança é galopante, não atingem facilmente a noção de evolução dos costumes e rotineiramente se deixam prender por uma tradição antiquada e obstrutora do progresso. (SAFFIOTI, 2013, p. 259).

Se no ambiente do lar a mulher brasileira encontrava dificuldade para sua emancipação, e ainda encontra como podemos perceber em nossas experiências, no ambiente de trabalho não era (e não é) diferente. A urbanização e a industrialização do país trouxeram para a mulher possibilidades de desempenhar novas funções econômicas, mas o ambiente de trabalho restringe o acesso da mesma a funções e cargos mais bem remunerados.

De maneira geral, nas relações matrimoniais heteronormativas¹³ a renda da mulher, quando existe, é tida como complementar a do homem, mesmo quando ela é superior a dele. Há um estranhamento da sociedade quando a mulher é a maior provedora da família, é “mais bem-sucedida”, sendo que quando nessa posição, via de regra, a mulher é acompanhada de julgamentos como por exemplo quando prioriza a carreira acadêmica e/ou trabalho, e não a maternidade.

¹³ Entende-se por relações matrimoniais heteronormativas aquelas que ocorrem entre homens e mulheres heterossexuais, onde o conjunto de ações, relações e situações praticadas entre essas pessoas de sexo oposto estão dentro do que é considerado normal na sociedade capitalista patriarcal.

Se a busca por melhores trabalhos e posições não é simplesmente uma escolha para os homens em virtude de como se configura a sociedade patriarcal capitalista, para a mulher é ainda pior, pois ela é cerceada enquanto pertencente a classe trabalhadora e também enquanto gênero feminino, uma vez que os fatores biológicos, como a possibilidade da maternidade, muitas vezes são utilizados para justificar a inatividade profissional dela, o que afeta não somente a condição financeira da mulher, mas também o equilíbrio da personalidade feminina (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres mães que conseguem desempenhar alguma atividade remunerada geralmente se encontram em situação de “dupla jornada”, uma vez que têm seus dias divididos em horas dedicadas ao trabalho para gerar renda, e em horas dedicadas à maternidade e ao cuidado da casa¹⁴, papéis que via de regra não são divididos com o parceiro (quando há algum) em virtude da cultura machista que dedica aos homens a função apenas de ser provedor financeiro¹⁵.

Nas relações sociais no modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho prevê a não divisão das atividades domésticas entre a mulher e o homem, o que tolhe, muitas vezes, a chance de a mesma dedicar-se ao desenvolvimento pessoal e profissional, uma vez que é preciso tempo para isso. A carga de responsabilidade doméstica e de educação das/dos filhas/os atribuída ao gênero feminino é muito maior do que ao masculino, resultando em possibilidades diferentes de desenvolvimento profissional para mulheres e homens, e “[...] essa realidade só pode ser transformada, ou atenuada, se os homens, companheiros das mulheres, também assumirem sua responsabilidade na divisão das tarefas domésticas” (CARREIRA et al., 2004, p. 128).

Mesmo com todos os impedimentos culturais, econômicos e sociais, as mulheres brasileiras no mercado de trabalho atualmente possuem maior nível de escolaridade do que os homens, mas ainda assim seus salários são inferiores aos deles. Para se ter uma ideia, mulheres com 12 anos de estudos ou mais recebem

¹⁴ De acordo com Carrara et al (2009, p. 49) “o número de horas empregadas pelas mulheres no cuidado da casa é três vezes superior ao tempo que os homens dedicam às atividades do lar”.

¹⁵ Importante apontar que a dominação masculina também é prejudicial aos homens. Meinerz, citando Boerdieu, diz que homens e mulheres são produtos dessa dominação, e que eles, os homens, “[...] também estão subjugados a uma série de expectativas de gênero, tais como o uso da força, o papel De provedores do lar, a imposição de atividade e constante disposição sexual, a recriminação de qualquer demonstração de emoção ou afetividade” (MEINERZ, 2013, p.56).

cerca de 34% a menos que homens com a mesma graduação (BRASIL. Ministério do Trabalho E Previdência Social, 2016).

Por mais que a condição da mulher tenha evoluído, as novas conquistas geraram novos impedimentos. Ser mulher ainda significa estar sob domínio das forças de uma sociedade patriarcal que foram intensificadas pelo modo de produção capitalista.

Cada mudança vem com luz e sombra. Constata-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que faz parte da libertação; contudo, a repartição da carga familiar não evolui no mesmo ritmo, e a mulher encontra-se duplamente amarrada. A mulher está atingindo um nível educacional mais elevado do que o homem, o que, na evolução para uma sociedade do conhecimento, torna-se uma vantagem muito significativa; mas a remuneração tende a reproduzir as desigualdades tradicionais, o que frequentemente significa mais responsabilidades sem o salário correspondente. (DOWBOR, 1998, p. 11).

Mas como essas forças agem sobre nós, mulheres, e perpetuam a ideia de que devemos ser “belas, recatadas e do lar”?

3 “PONHA-SE NO SEU LUGAR”: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, UMA DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista incutiu nas sociedades diversas transformações sociais resultantes de “configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital” (IAMAMOTO, 2015, p. 155). A esse composto de transformações que “[...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 156) chamamos de *questão social*.

A *questão social* configura-se em uma “[...] arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários sociais [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 156, destaque da autora), tais quais dependem dos interesses de classe na orientação de políticas econômicas, e é *expressada* na sociedade, historicamente, através das

[...] **desigualdades** econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas **relações de gênero**, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2015, p. 160, destaques meus).

As desigualdades de classe às quais as mulheres estão submetidas, acentuadas pelas relações de gênero, assim como a luta por garantia de direitos sociais e de cidadania das mesmas são, portanto, *expressões da questão social*. Podemos dizer, ainda, que os diversos *tipos de violência*¹⁶ aos quais as mulheres são submetidas diariamente são *expressões da questão social*.

A violência doméstica contra a mulher ocorre independente de raça, idade e condição social, porém as estatísticas nos mostram que é mais evidente em contextos de pobreza e desigualdade social¹⁷ (FREIRE; PASSOS, 2015), e sendo o modo de produção capitalista um reforço das ideias impostas por uma sociedade patriarcal devemos situar a violência contra a mulher como uma manifestação da *questão social*, de modo que no Brasil é também reconhecida como um problema de saúde pública¹⁸.

Por ser do interesse do Estado que as *expressões da questão social* sejam administradas¹⁹ através de políticas públicas (NETTO, 2011), enquadrar a violência contra a mulher como *expressão da questão social* demanda dele, o Estado, ações de intervenção para seu enfrentamento (FREIRE; PASSOS, 2015).

¹⁶ A Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, define no sétimo artigo que “são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

¹⁷ Entende-se que desigualdade social “[...] é um fenômeno social, cultural e histórico exterior ao indivíduo, não sendo, portanto, determinado por condições naturais, biológicas ou por herança genética” (CARVALHO, 2013, p. 14).

¹⁸ Um dos motivos para que a violência doméstica seja enquadrada como problema de saúde pública no Brasil é que “[...] as mulheres vítimas de violência são mais vulneráveis a complicações reprodutivas, tentativas de suicídio, depressões, dores crônicas e uso de álcool e drogas”. (LEÃO; MARINHO citado por FREIRE; PASSOS, 2015, p. 72).

¹⁹ Segundo Netto (2011, p. 30) “[...] através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes”.

Pesquisas apontam que o Brasil ocupa o 7º lugar na escala internacional da violência contra a mulher (FREIRE; PASSOS, 2015). Os dados são alarmantes. Segundo o Instituto Patrícia Galvão, ocorrem: 05 espancamentos a cada 02 minutos; 01 estupro a cada 11 minutos; 01 feminicídio a cada 90 minutos; 179 relatos de agressão por dia. Isso considerando somente o que é denunciado, já que mais de 70% das mulheres que sofrem violência no Rio de Janeiro não denunciam o crime (KNOPLOCH, 2015).

A violência contra a mulher no país vem sendo historicamente naturalizada (FREIRE; PASSOS, 2015), o que contribui para mantê-la sob condições de submissão à família, ao marido, ao chefe, ao comportamento social esperado, ou seja, “no seu lugar de mulher”.

O combate das mulheres à essa posição também vem se construindo na história do país. Os movimentos feministas tiveram e têm grande importância nas reivindicações de ações de enfrentamento à violência doméstica por parte do Estado, o que é fundamental para exigência de políticas públicas que se encarreguem da mulher em situação de violência, pois os conflitos sociais exigem a interferência do Estado “no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 160).

A participação do movimento feminista na formulação da Constituição Brasileira de 1988 foi ampla, o que gerou grandes conquistas aos direitos das mulheres (FREIRE; PASSOS, 2015), porém, apesar dos avanços que garantiram, por exemplo, igualdade jurídica²⁰ entre homens e mulheres, por mais que hajam esforços para o enfrentamento à violência contra mulher, os dados mostram que ela só vem aumentando. Segundo Waiselfisz (2015, p. 73),

[...] entre 1980 e 2013 os quantitativos passaram de 1.353 homicídios para 4.762, um crescimento de 252,0%. Considerando o aumento da população feminina no período, o incremento das taxas foi de 111,1%, o que equivale a um crescimento de 2,3% ao ano. Esta não é uma taxa elevada, mas vemos com renovada apreensão a retomada do crescimento nos últimos anos, de 2007 a 2013. Nesses seis anos, as taxas passam de 3,9 para 4,8 por 100 mil, o que representa um aumento de 23,1%, muito elevado para um período tão curto (em torno de 3,6% ao ano), o que deve ser motivo de grande preocupação, dado que não existem fatos significativos no horizonte

²⁰ A Constituição Brasileira de 1988 estabelece em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, e no inciso I especifica que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988);

temporal próximo que permitam supor a consolidação de barreiras de contenção da violência contra a mulher.

O autor destaca ainda o perfil das mulheres brasileiras vítimas de homicídio:

São meninas e mulheres negras. As taxas de homicídio de brancas caem na década analisada (2003 a 2013): de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9%; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%. Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresce para 66,7% em 2013. Isto significa que:

- Em 2013 morrem assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.
- Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de negras.
- Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300%. (WASELFISZ, 2015, p. 73).

Os dados acima demonstram como a violência contra mulher é ainda mais expressiva quando há o recorte de raça. A exemplo disso, nota-se que a violência contra mulher abarca diversas *expressões da questão social* e exige uma rede de políticas públicas para o seu enfrentamento.

O projeto neoliberal que rege o Brasil coloca os direitos sociais subordinados “à lógica orçamentária, a política social econômica, em especial às dotações orçamentárias” (IAMAMOTO, 2015, p. 149), de maneira que é preocupante como o Estado aborda o assunto.

Se a sociedade (cultural e economicamente) força a mulher ao lugar de submissão, operando inclusive através da violência, e se o Estado, mais interessado em garantir os interesses capitalistas²¹, não comparece como deveria para garantir a segurança e emancipação feminina, qual caminho resta a mulher para assegurar seu empoderamento?

4 “EU SOU O MEU PRÓPRIO LAR”: A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS COMO ALICERCE PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER

²¹ Segundo Bauman (2010, p. 31), “a cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, ‘ditatorial’ ou ‘democrático’, são construídas e conduzidas *no interesse* e não *contra o interesse* dos mercados; seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*”.

As configurações da sociedade brasileira constituídas dentro da lógica patriarcal e capitalista também estão refletidas no modelo tradicional de educação²² existente no país.

Do século XIX para os dias atuais, a educação a qual pela mulher vem sendo submetida evoluiu da doméstica, que visava garantir sua lapidação dentro dos moldes do comportamento social esperado dela, para a profissional que sustenta a lógica da divisão social e sexual do trabalho²³ (SAFFIOTI, 2013).

A mulher foi inserida no ambiente escolar através da lei de 15 de outubro de 1827, que trata da primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar, mas “embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução, e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias [...]” (Ibidem, p. 275), e quase 200 anos depois, após muita luta²⁴, as mulheres preenchem maior número de vagas nas escolas e universidades, ocupando cerca de 60% das vagas no ensino superior, no entanto ainda estão concentradas nas áreas de educação, humanidades e artes, que possuem menor rendimento mensal médio (IBGE, 2014).

Ter acesso à educação e ao mercado de trabalho foi um avanço histórico irrefutável, porém não significou para a mulher liberação do “lugar de mulher”. A exemplo disso, pesquisas indicam que no Brasil cerca de 400 mil meninas menores de idade trabalham em emprego doméstico, a atividade “do lar”, sendo que muitas não atingiram 16 anos, a idade legal para o ingresso no mercado de trabalho²⁵. Ademais, as trabalhadoras brasileiras que desenvolvem outras ocupações

²² Entende-se por modelo tradicional de educação aquele cujo projeto político pedagógico está voltado para a formação, e apenas, de pessoas para o mercado de trabalho, e não de cidadãos/cidadãos, pessoas que convivem e buscam igualdade na diversidade, desenvolvendo e respeitando as relações com a sociedade e o ambiente, considerando e compartilhando os diversos saberes.

²³ A antropóloga feminista Gayle Rubin criou em 1975 o termo “sistema sexo-gênero” que consiste em um composto de arranjos “[...] por meio do qual a sociedade transforma o sexo biológico em produto da atividade humana e no qual as necessidades do sexo e da sexualidade são satisfeitas. O principal desses arranjos correlaciona a divisão sexual do trabalho com a organização nuclear da família” (MEINERZ, 2013, p. 52).

²⁴ Em 1922 foi instalada oficialmente a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que tinha dentre suas finalidades “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina” (SAFFIOTI, 2013, p. 359). Nesse aspecto Meinerz (2013, p. 46) destaca que “[...] as feministas, em seus diversos movimentos, ocuparam também o espaço acadêmico em busca de inspiração teórica e legitimidade social para suas ações”.

²⁵ De acordo a legislação brasileira (BRASIL, 1943) é proibido o trabalho do menor de 18 anos em condições perigosas ou insalubres. Os trabalhos técnicos ou administrativos são permitidos aos jovens acima de 16 anos, desde que realizados fora das áreas de risco à saúde e à segurança. Ao menor de 16 anos de idade é vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

remuneradas estão concentradas em poucas atividades do setor de serviços (saúde, educação, administração, serviços comunitários e pessoais), onde a grande parte das funções não só remuneram mal, como também são desenvolvidas sob condições precárias de trabalho (CARREIRA et al., 2004).

O projeto educacional que vigora no Brasil, de maneira geral, voltado para a profissionalização de estudantes visando garantir mão-de-obra para o mercado de trabalho, não proporciona emancipação cidadã e intelectual, muito pelo contrário, respalda as relações de poder às quais estamos submetidos no país²⁶. Sobre isso, Iamamoto (2015) reforça que

[...] Esta sociedade é presidida por uma tradição autoritária e excludente, que se condensa no “autoritarismo social”, isto é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo “mando e pela obediência” – quando as pessoas se reconhecem como desiguais -, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos. (IAMAMOTO, 2015, p. 141).

Ao pensarmos na divisão da sociedade em classes constatamos que a igualdade jurídica é uma falácia uma vez que não há igualdade social. Ao questionarmos as relações de gênero verificamos que a ideia de a mulher ser vista como sujeito de direitos, mesmo que conste na legislação brasileira, é ainda mais enganosa²⁷.

O enfrentamento a essa situação, penso eu, só se dará através de uma educação que empodere os sujeitos, comprometida na capacitação desses para a problematização da ordem social atual. A intenção não é eximir o Estado de suas responsabilidades, mas capacitar as pessoas, e nessa discussão especificamente as mulheres, para exigir do mesmo e da sociedade em geral a garantia e ampliação de direitos. O modelo de educação formal que temos não dá conta disso, visto que está focado na profissionalização, ou seja, reforça a ideia de desigualdade. Como pontua Maturana

²⁶ Weisheimer defende que “quando as diferenças sociais são usadas como fundamento da distribuição desigual de recursos e poder, criando relações de dominação e atribuindo às pessoas e aos grupos sociais posições numa hierarquia social, deparamo-nos com a produção de desigualdades sociais” (2013, p. 27).

²⁷ Para Carvalho (2013) atualmente não se discute mais apenas a igualdade, mas o direito às diferenças, e essas são aquelas significativas nas relações sociais.

[...] no momento em que uma pessoa se torna estudante para entrar na competição profissional, ela faz de sua vida estudantil um processo de preparação para participar num âmbito de interações que se define pela negação do outro, sob o eufemismo: *mercado da livre e sadia competição*. A competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro. [...] A competição sadia não existe. A competição é um fenômeno cultural e humano, e não constitutivo do biológico. (MATURANA, 2009, p. 13, destaque do autor).

Na sociedade capitalista a escola produz e reproduz relações de desigualdade²⁸, não valoriza e respeita a diversidade, e, via de regra, quando produz algum debate desse aspecto conduz para a ideia de tolerância, não de enfrentamento no esforço de garantir igualdade na diversidade. Os espaços educacionais deveriam abordar tais questões buscando “contribuir, mesmo que modestamente, com a escola em sua missão formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e infinitas variações” (CARRARA et. al, 2009, p. 15).

Esse posicionamento já seria um grande avanço nos currículos escolares da maioria das escolas brasileiras, ainda mais em tempo de discussões sobre “escola sem partido” e “ideologia de gênero”²⁹ às quais a sociedade vem sendo submetida, no entanto é preciso transcender também, e ainda mais, os muros da escola. O educar não acontece só em sala de aula. Maturana (2009) nos diz que

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. (MATURANA, 2009, p. 29).

Dentro desse conceito de educar, no que diz respeito a desconstrução da sociedade sob domínio do patriarcado, contribuindo também para a superação do sistema capitalista, faz-se necessário atentar para a importância das mulheres que são mães na socialização das crianças, pois quando educadas dentro dos conceitos morais da atual ordem societária, reproduzem as ideias de submissão da mulher ao

²⁸ No que tange às mulheres, Carrara et al. (2009, p. 27) nos dizem que “o predomínio de livros didáticos em que a figura da mulher é ausente ou caracterizada como menos qualificada que o homem contribui para uma imagem de inferioridade feminina, por um lado, e superioridade masculina, por outro”.

²⁹ Miguel (2016) afirma que desde 2014 vários projetos foram apresentados aos devidos órgãos competentes, no âmbito nacional e estadual, com o objetivo de impedir a “doutrinação ideológica” nas instituições de ensino. Tais projetos estão vinculados ao movimento “Escola Sem Partido” cujas ideias vão contra a reflexão crítica sobre questões de gênero, estigmatizada como “ideologia de gênero”, e possuem discurso reacionário “anticomunista” e “antipetista”.

homem, de maneira que “a dominação masculina se perpetua na nossa sociedade porque tem as próprias mulheres como aliadas” (MEINERZ, 2013, p. 57).

Entendendo que as relações sociais são interdependentes, que o educar acontece o tempo todo e de maneira recíproca, e que as verdadeiras transformações sociais só realizam-se quando se muda a cultura, afinal “é a cultura que humaniza a espécie” (CARRARA et al., 2009, p. 45), estabelece-se que é preciso movimentos que causem um abalo estrutural na sociedade, ou seja, movimentos de natureza revolucionária.

Como promover tal abalo é a busca de muitos e o caminho é longo. Conforme nos dizem Carreira et. al “mudar hábitos comportamentais adquiridos desde a infância como parte da cultura de uma sociedade desigual e autoritária é tarefa para toda vida. Não cabe em um único projeto” (2004, p. 181), e tal mudança não deve ser idealizada somente para as gerações futuras, uma vez que os processos não são a-históricos.

É preciso reconhecer e dar maior visibilidade³⁰ a tudo que envolve a manutenção da mulher no “lugar de mulher”, buscando o fortalecimento e empoderamento das mulheres para uma autovisibilidade, onde cada mulher reconhece e luta para ser “seu próprio lar”³¹, desnaturalizando a dominação de gênero e de classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Karl Marx (1818 – 1883) atestou que as pessoas são fruto do meio ao qual estão inseridas, que a vida determina a consciência, não contrário. O ser social surge das contradições das relações em um mundo que é um composto de processos. Diante disso, este ensaio teve por objetivo debater a construção socioeconômica do lugar ocupado pela mulher na contemporaneidade, atentando para o processo histórico dessa construção social.

³⁰ Sobre isso, Carrara et. al (2009, p. 27) defende que “[...] Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação”.

³¹ Termo apropriado da música “Triste, louca ou má”, da banda Francisco, El Hombre, cuja letra problematiza o “lugar de mulher” e diz “[...] e um homem não me define, minha casa não me define, minha carne não me define, eu sou meu próprio lar [...]”.

Nos debates realizados no curso de Especialização na Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pude ter um maior entendimento de que tudo, todas e todos estão relacionados, e destaco neste processo de aprendizagem as novas percepções que me foram possíveis através das discussões sobre alternativas do como educar, pois foram delas, principalmente, que reforcei minha crença na possibilidade da reconfiguração, através das relações, do que está posto na sociedade. Estabelecer que as relações estão interligadas é fundamental para pensar o “ser mulher” como uma construção histórica, portanto não natural. Não estou afirmando que os seres não são participativos de suas construções, mas que estão sujeitos a diversos cerceamentos, e diria até do acaso, nos moldes sociais que temos, de se ter acesso ao conhecimento que liberta, empodera, e à formação da consciência para uso de tal conhecimento a favor da construção de uma nova ordem societária.

Concordo quando Saffioti (2013, p. 59) nos diz que as mulheres “[...] rotineiramente se deixam prender por uma tradição antiquada e obstrutora do progresso”, contribuindo para a manutenção da ideia do “lugar de mulher” na sociedade, no entanto não acredito que as mulheres “se deixam”, como se tivessem uma escolha realmente consciente nas situações às quais estão submetidas.

Uma transformação socioeconômica e cultural é necessária para desnaturalizar as relações de gênero, pensando-se em formas de empoderamento da mulher e enfrentamento à violência contra a mulher. É preciso um estudo mais amplo sobre essa construção sócio-histórica e as correlações entre patriarcado, capitalismo, violência contra a mulher e educação, de maneira que este artigo compõe um processo mais amplo de aprofundamento do estudo que será desenvolvido dentro dos vários espaços de aprendizagem do curso de Serviço Social da UFPR Litoral, usufruindo das oportunidades ofertadas Projeto Político Pedagógico da instituição, que, através dos processos: conhecer e compreender, compreender e propor, propor e agir (UFPR Litoral, 2008), tem por objetivo promover uma educação diferenciada voltada para a emancipação das/os estudantes e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília,
- BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das leis trabalhistas**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art478§2>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho E Previdência Social. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-sao-maioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- CARRARA, Sergio et al. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- CARREIRA, Denise et al. **Igualdade de gênero no mundo do trabalho**: projetos brasileiros que fazem a diferença. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Ana P. C. de. Desigualdade e diferenciação social. In: CARVALHO, Ana P. C. de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013. p.17-23.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- DOWBOR, Ladislau. Prefácio à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003. p.11-14.
- FREIRE, Mariana F. da S. C.; PASSOS, Rachel G. Ensaio acerca da notificação da violência doméstica contra as mulheres: a realidade dos municípios de São Gonçalo e Niterói. In: FREIRE, Mariana F. da S. C.; PASSOS, Rachel G. (Org.). **Políticas públicas, gênero e violência**: contribuições para o serviço social. Campinas: Papel Social, 2015.
- GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003. p.37-53.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país**. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14691-asi-estatisticas-de-genero-mostram-como-as-mulheres-vem-ganhando-espaco-na-realidade-socioeconomica-do-pais.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Cultura e raízes da violência contra as mulheres**. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

KNOPLOCH, Carol. Mais de 70% das mulheres vítimas de violência não denunciam crime, diz pesquisa no Rio. **O Globo**, 28 jun. 2015. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-70-das-mulheres-vitimas-de-violencia-nao-denunciam-crime-diz-pesquisa-no-rio-16561195>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 1ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MEINERZ, Nádia E. Relações sociais de gênero. In: CARVALHO, Ana P. C. de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013. p.43-62.

MIGUEL, Luis F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NISBET, Robert. **Os filósofos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

OLIVEIRA, Laís P. R. de; CASSAB, Latif A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248**, 2017. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20R

[odrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](#)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR Litoral. **Projeto Político Pedagógico UFPR Litoral**. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf. Acesso em: 29 set. 2017

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

WEISHEIMER, Nilson. Estratificação e mobilidade social. In: CARVALHO, Ana P. C. de et al. (Orgs.). **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013. p.25-41.